



Qualis A1 - Direito CAPES

Apresentação

Março 2023

“Amanhã vai ser outro dia...” cantou Chico Buarque em 1970 em expressão da esperança por um Brasil democrático que lutava contra a ditadura. A democracia foi reconquistada em 1985 e, com ela, assumiu-se o desafio intrínseco de lutar pela efetivação de direitos pactuados em 1988. A conquista da democracia não significou, contudo, a concretização de um projeto permanente. Ela significa um ponto de partida, o qual foi, infelizmente, foi colocado à prova em nossa história recente. O governo, encerrado em 2022, trouxe consigo profundos ataques às instituições democráticas no âmbito de um projeto autoritário e violador das garantias mínimas de proteção da dignidade e da vida. Depois de muitas perdas, lutas e resistência, em outubro de 2022, a democracia pode falar mais alto novamente, e 2023 se inicia como um ano no qual a esperança irá florescer novamente e a democracia começa a ser recuperada.

A reconstrução da democracia se estende por todos os espaços da sociedade civil, e a academia deve cada vez mais oferecer sua contribuição. Com essa missão em mente, iniciamos nosso décimo quarto volume da Revista Direito e Praxis com um conjunto de artigos inéditos oriundos de pesquisas rigorosas e engajadas com a pesquisa de caráter crítico. Nossa seção geral traz quatorze artigos que abordam temas como justiça restaurativa, sindicalismo e os efeitos da COVID, teorias da desobediência civil, constitucionalismo e teorias do estado, além de trabalhos no campo do direito e marxismo e da criminologia crítica.

A seção especial desse número também oferece uma contribuição mais do que necessária para pensar o papel do direito no âmbito de processos de destruição e extrativismo corporativo dos bens naturais. Os editores convidados, professores Marcelo



Cafrune e Emiliano Maldonado nos convidam a ler oito contribuições inéditas de pesquisadores e pesquisadoras internacionais e nacionais sob o tema “Direitos da natureza, extrativismos e litigância climática”. As contribuições selecionadas para o dossiê são um ponto de partida profícuo para a reflexão acadêmica e prática jurídica no âmbito da litigância estratégica contra a catástrofe climática e a devastação dos direitos humanos dos atingidos por projetos extrativistas, cada vez mais presentes no Sul Global.

As seções de traduções e resenhas trazem, por fim, um interessante arcabouço de trabalhos e análises de obras da teoria do direito, do pensamento decolonial e das leituras radicais dos direitos humanos. Como sempre, agradecemos a todas e todos que contribuíram para mais essa edição da Revista: autoras e autores, tradutoras e tradutores, editoras convidadas. O trabalho colaborativo é fundamental para a qualidade da nossa publicação! Relembramos que as políticas editoriais para as diferentes seções da Revista podem ser acessadas em nossa página e que as submissões são permanentes e sempre bem-vindas! Agradecemos, como sempre, às autoras e aos autores, avaliadoras e avaliadores e colaboradoras e colaboradores pela confiança depositada na *Direito e Práxis*.

Boa Leitura!

Equipe **Direito e Práxis**



Direitos da natureza, extrativismos e litigância climática

Marcelo Cafrune¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: marcelocafrune@furg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8283-4209>

Emiliano Maldonado¹

¹ Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Viamão, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: maldonadoadvdh@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7499-1906>.

A emergência climática é uma das grandes questões que interrogam as sociedades e instituições no tempo presente. Apesar da gravidade dessa crise civilizacional, o debate no campo jurídico parece falar sobre a problemática sem identificar adequadamente suas raízes, seus atores e mecanismos; e tampouco reconhece a titularidade dos sujeitos que atuam na defesa dos direitos da natureza e dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos originários, tradicionais e dos movimentos populares.

Os extrativismos, com destaque para o extrativismo mineral, além de impactar localmente os territórios, os modos de vida tradicionais e a natureza, são fator determinante para a deterioração da vida no Planeta Terra. A natureza e os sujeitos subalternizados são as vítimas principais das graves violações de direitos levadas a cabo pelas corporações transnacionais, que atuam para a manutenção do extrativismo imposto ao continente latino-americano e ao Brasil.

Não se trata de fenômeno recente: há que se ter presente a origem colonial que marca os extrativismos (que andam de mãos dadas com o imperialismo, o racismo e o patriarcado). Aí se estruturam historicamente o genocídio dos povos indígenas e o extermínio dos outros modos de vida, que ganharam contornos gravíssimos nos últimos anos. O Brasil, ademais, foi palco de dois dos maiores crimes socioambientais do século XXI: o rompimento das barragens que despejaram milhares de toneladas de rejeito de minério nas bacias do Rio Doce e Paraopeba, ceifando centenas de vidas e alterando a vida de milhões de pessoas da região.

Diante disso, a retórica da sustentabilidade (*greenwashing*), que ao fim e ao cabo reforça os processos de mercantilização da natureza, não é suficiente. Apesar da ganância



e da força da ideologia do “desenvolvimento”, os povos têm fortalecido os processos de resistência e luta. Nossa perspectiva funda-se, portanto, na crítica radical do sistema vigente, pois não é possível enfrentar os dilemas e desafios do tempo presente, sem subverter a sua lógica ou apenas remodelando a sua linguagem e conceitos.

Nesse sentido, a pesquisa comprometida com a transformação social busca investigar, descrever e pensar a realidade posicionando-se criticamente perante a injustiça, a violência e as opressões. Tal atitude torna desafiante e complexo o fazer científico e a construção de alternativas, apontando para a qualificação dos métodos de avaliação dos impactos, dos processos de participação política e consulta das comunidades e, sobretudo, da responsabilização das violações de direitos humanos.

Partindo dessas premissas, este Dossiê reúne contribuições que buscam identificar as raízes da espoliação extrativista, os seus principais fenômenos, nomear os sujeitos e propor ações que concretamente permitam o enfrentamento social, político e jurídico para defender a natureza, a vida e os bens comuns. Tais reflexões resultam, em alguma medida, dos diálogos ocorridos durante a 2ª edição do Curso de Verão “Direitos da Natureza, extrativismos e litigância climática”¹, em fevereiro de 2022.

O objetivo deste Dossiê é, assim, ecoar os diagnósticos, os relatos de experiência e contribuir para a ampliação do debate socioambiental com elementos de incidência no âmbito político, jurídico e judicial, por meio da litigância climática estratégica. Para tanto, está estruturado em oito artigos, que serão brevemente apresentados a seguir.

Para começar, o artigo do pesquisador Horacio Machado Aráoz (CONICET-UNCA, Argentina), chamado “El extractivismo y las raíces del ‘Antropoceno’. Regímenes de sensibilidad, régimen climático y derechos de la Naturaleza.” propõe descolonizar o discurso geológico e desvendar naturalizações do “Antropoceno” e argumenta que os “Direitos da Natureza” expressam uma disputa sobre regimes de sensibilidade à verdade que procuram revisar e reformular o status ontológico da Terra.

¹ O 2º Curso de Verão “Direitos da Natureza, Extrativismos e Litigância Climática” foi realizado com ampla colaboração: Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS); Instituto Preservar; Instituto Clima e Sociedade (ICS); Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GERIMA-UFRGS); Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP); Comitê de Combate a Megamineração do RS (CCM-RS); Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Livre Prévio e Informado; e Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.



A seguir, o artigo “Brazilian anti-indigenous politics: tracking changes on indigenous rights regulation during Bolsonaro’s government”, de. Veronica Korber Gonçalves (UFRGS) e Marcelo Eibs Cafrune (FURG), descreve como o governo Bolsonaro (2019-2022) propagou uma forte retórica antiambiental e antiindígena, analisando a relação dos discursos com as proposições jurídicas envolvendo povos indígenas e terras indígenas.

Após, as pesquisadoras do EKOA, Katya Regina Isaguirree-Torres (UFPR) e Tchenna Fernandes Maso (UFPR), problematizam o capitalismo climático e indicam que os povos e movimentos sociais, enquanto grupos de alta vulnerabilidade à mudança do clima, são importantes agentes sociais para a transição ecológica na perspectiva da justiça climática-ambiental, no artigo intitulado “As Lutas por Justiça Socioambiental diante da Emergência Climática”.

Na sequência, os pesquisadores do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), Guilherme Cavicchioli Uchimura (UFPR), José Ricardo Vargas de Faria (UFPR) e Ricardo Prestes Pazello (UFPR), no artigo “Botocudos, atingidos e extrativismo: a estranha ordem geométrica da territorialização do capital em Barra Longa/MG”, discutem em que medida as disputas em torno do planejamento territorial, intensificadas após o soterramento de vias e edificações desta cidade pelos rejeitos minerários, são também ecos dos métodos de acumulação originária permanente do capital.

Depois, o artigo da pesquisadora do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Rikartiany Cardoso Teles “Migração Forçada e Mineração: A Cidade de Maceió-AL sob a Ótica dos Direitos Humanos” analisa como a exploração de recursos naturais amplia os deslocamentos forçados ambientais, a partir do caso paradigmático de Maceió-AL, em que mais de 60 mil pessoas estão em processo de migração forçada, em decorrência da extração mineral em solo urbano.

Já o artigo “Estado de coisas inconstitucional em aprofundamento no Brasil: A captura pelas empresas do dever estatal da consulta livre, prévia e informada nos procedimentos de licenciamento ambiental”, de Isabella Cristina Lunelli (IPEA) e Liana Amin Lima da Silva (UFGD), pesquisadoras do Observatório de Protocolos Comunitários, discute a crescente tentativa das empresas privadas protagonizarem os processos de Consulta Livre, Prévia e Informado no Brasil no curso do procedimento de licenciamento ambiental, reforçando a caracterização de Estado de Coisas Inconstitucional (EIC) em matéria socioambiental.



Na última parte do dossiê, buscando avançar na sistematização de experiências concretas de litigância estratégica promovida pelo Instituto Preservar e demais entidades do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (CCM/RS), os renapianos E. Emiliano Maldonado, Alice Hertzog Resadori e Thales Zendron Miola, no artigo “A Litigância Climática no Sul do Brasil: o caso da usina Termelétrica Nova Seival”, apresentam um estudo de caso sobre o conflito socioambiental paradigmático vinculado aos danos que seriam gerados pelo maior projeto termelétrico do Rio Grande do Sul, cujo licenciamento foi suspenso, a partir da mobilização comunitária e de uma ampla rede de contribuições científicas que aportaram para fundamentar esse caso de litigância estratégica, que resultou em sentença climática emblemática.

Por fim, Alexandre Gaio, Raquel Frazão Rosner e Vivian M. Ferreira, membro e assessoras jurídicas da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), autores/as do artigo intitulado “O Licenciamento Ambiental como Instrumento da Política Climática” explicam que, embora seja exigível, a variável climática nos processos de licenciamento ambiental ainda é incipiente o seu desenvolvimento nos órgãos ambientais. Diante disso, os autores indicam critérios e estratégias para a necessária avaliação de impactos climáticos e, assim, podermos avançar com medidas adequadas para a real proteção ambiental em nosso país.

Assim, verifica-se que o presente dossiê foi pensado e organizado a partir da construção de uma série de interlocuções, diálogos, debates e vários enfoques investigativos sobre o grave problema socioambiental que vivenciamos na atualidade e os desafios que devemos assumir para pensar as transformações socioecológicas profundas que tanto necessitamos.

Espera-se, a partir das diversas abordagens, contribuir para o debate acadêmico, técnico, social e político de forma a ampliar a compreensão sobre o fenômeno e a tomada de consciência urgente e necessária sobre os limites do modo de produção vigente e a necessidade de atuarmos em defesa da natureza, dos territórios comunitários, dos povos e dos seus modos de vida.

Boa leitura!



Expediente desta edição

Editores

Dr. José Ricardo Cunha, UERJ, Brasil

Dra. Dra. Carolina Alves Vestena, Universität Kassel, Alemanha

Editora executiva

Dra. Bruna Mariz Bataglia Ferreira, UERJ, Brasil

Comissão Executiva

Laryssa Pereira Duarte, UERJ, Brasil

Mel Rocha de Melo, UERJ, Brasil

Maria Luiza dos Santos Milagres, UERJ, Brasil

Conselho Editorial

Dra. Ágnes Heller, New School for Social Research, EUA

Dr. Andreas Fischer-Lescano, Universität Bremen, Alemanha

Dr. Alexandre Garrido da Silva, Universidade de Uberlândia, Brasil

Dr. Alfredo Culleton, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. Andrés Botero Bernal, Universidad Industrial de Santander, Colômbia

Dra. Bethania Assy, UERJ, Brasil

Dra. Cecília MacDowell Santos, Universidade de São Francisco, USA; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Dr. Costas Douzinas, Birckbeck University of London, Reino Unido

Dra. Deisy Ventura, Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. Girolamo Domenico Treccani, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. Guilherme Leite Gonçalves, UERJ, Brasil

Dr. Jean-François Y. Deluchey, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. João Maurício Adeodato, UFPE e Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

Dr. James Ingram, MacMaster University, Canadá

Dr. Luigi Pastore, Università degli Studi "Aldo Moro" di Bari, Itália

Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, UFMG, Brasil

Dr. Paulo Abrão, PUC-Rs e UCB, Brasília, Brasil

Dra. Rosa Maria Zaia Borges, PUC-RS, Brasil



Dra. **Sara Dellantonio**, Università degli Studi di Trento, Itália

Dra. **Sonia Arribas**, ICREA - Univesidade Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha

Dra. **Sonja Buckel**, Kassel Universität, Alemanha

Dra. **Véronique Champeil-Desplats**, Université de Paris Ouest-Nanterre, França

Avaliadores

Adamo Dias Alves, UFJF, Brasil; **Allan Mohamad Hillani**, UERJ, Brasil; **Dr. Alejandro Manzo**, Universidade de Córdoba, Argentina; **Alexandra Bechtum**, Universidade de Kassel, Alemanha; **Dr. Alexandre Costa Araújo**, UNB, Brasil; **Dr. Alexandre Mendes**, UERJ, Brasil; **Dr. Alexandre Veronese**, UNB, Brasil; **Alice Resadori**, UFRGS, Brasil; **Dr. Alvaro Pereira**, USP, Brasil; **Ana Laura Vilela**, UNB, Brasil; **Dra. Ana Carolina Chasin**, UNIFESP, Brasil; **Dra. Ana Lia Vanderlei Almeida**, UFPB, GPLutas - Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais, Brasil; **Dra. Ana Paula Antunes Martins**, UnB, Brasil; **Ana Paula Del Vieira Duque**, UNB, Brasil; **Andrea Catalina Leon Amaya**, UFF, Colômbia; **Antonio Dias Oliveira Neto**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Assis da Costa Oliveira**, UFPA Brasil; **Dra. Bianca Tavorari**, USP, Brasil; **Bruno Cava**, UERJ, Brasil; **Bruno Alberto Paracampo Mileo**, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil; **Bryan Devos**, FURG, Brasil; **Dra. Camila Baraldi**, USP, Brasil; **Dra. Camila Cardoso de Mello Prando**, UnB, Brasil; **Camila Sailer Rafanhim**, UFP, Brasil; **Dra. Camilla Magalhães**, UnB, Brasil; **Dra. Carolina Costa Ferreira**, IDP, Brasil; **Dra. Carla Benitez Martins**, UFG, Brasil; **Dra. Carolina Medeiros Bahia**, UFSC, Brasil; **Dra. Cecilia Lois (in memoriam)**, UFRJ, Brasil; **Dr. Cesar Baldi**, UnB, Brasil; **Dr. César Mortari Barreira**, Instituto Norberto Bobbio, Brazil; **Dr. Cesar Serbena**, UFPR, Brasil; **Dra. Clarissa Franzoi Dri**, UFSC, Brasil; **Dra. Claudia Roesler**, UNB, Brasil; **Dr. Conrado Hubner Mendes**, USP, São Paulo, Brasil; **Dailor Sartori Junior**, Unisinos, Brasil; **Daniel Capucci Nunes**, UERJ, Brasil; **Danielle Regina Wobeto de Araujo**, UFPR, Brasil; **Dr. Daniel Achutti**, UniLasalle, Brasil; **Dr. David Francisco Lopes Gomes**, UFMG, Brasil; **Dra. Danielle Rached**, Instituto de Relações Internacionais – USP, Brasil; **Dra. Deisemara Turatti Langoski**, Unipampa, Brasil; **Diana Pereira Melo**, UNB, Brasil; **Diego Alberto dos Santos**, UFRGS, Brasil; **Dr. Diego Augusto Diehl**, UNB, Brasil; **Dr. Diego Werneck Arguelhes**, FGV DIREITO RIO, Brasil; **Dr. Diogo Coutinho**, USP, Brasil; **Dr. Eduardo Magrani**, EIC, Alemanha; **Dr. Eduardo Pazinato**, UFRGS, Brasil; **Dr. Eduardo Pitrez Correa**, FURG, Brasil; **Dr. Eduardo Socha**, USP, Brasil; **Eliseu Raphael Venturi**, UFPR, Brasil; **Eloísa Dias Gonçalves**, Panthéon-Sorbonne, França; **Emília Merlini Giuliani**, PUCRS, Brasil; **Dr.**



Ezequiel Abásolo, Universidad Católica Argentina, Argentina; **Dr. Emiliano Maldonado**, UFSC, Brasil; **Dra. Fabiana Luci de Oliveira**, UFSCAR, Brasil; **Dra. Fabiana Severi**, USP, Brasil; **Fábio Balestro Floriano**, UFRGS, Brasil; **Fabiola Fanti**, USP, Brasil; **Fátima Gabriela Soares de Azevedo**, UERJ, Brasil; **Dr. Felipe Gonçalves**, CEBRAP, Brasil; **Dra. Fernanda Vasconcellos**, UFPEL, Brasil; **Dra. Fernanda Frizzo Bragato**, Unisinos, Brasil; **Dra. Fernanda Pradal**, PUC-Rio, Brasil; **Dr. Fernando Fontainha**, IESP/UERJ, Brasil; **Dr. Fernando Maldonado**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Fernando Martins**, UniLavras, Brasil; **Felipo Pereira Bona**, UFPE, Brasil; **Fernando Perazzoli**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dra. Fiammetta Bonfigli**, Universidade Lasalle, Brasil; **Dr. Flávia Carlet**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Flávio Bortolozzi Junior**, Universidade Positivo, Brasil; **Dr. Flávio Prol**, USP, Brasil; **Dr. Flávio Roberto Batista**, USP, Brasil; **Gabriela Cristina Braga Navarro**, Johann Wolfgang Goethe Universtat, Alemanha; **Dr. Gabriel Gualano de Godoy**, UERJ, Brasil; **Gabriel Vicente Riva**, Faculdade Vale do Cricaré, Brasil; **Dra. Giovanna Milano**, UNIFESP, Brasil, **Dr. Giovanne Schiavon**, PUC-PR, Brasil; **Dr. Giscard Farias Agra**, UFPE, Brasil; **Dra. Gisele Mascarelli Salgado**, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSBC, Brasil, **Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior**, UNB, Brasil; **Guilherme Caviccholi Uchimura**, UFPR, Brasil. **Dr. Gustavo Castagna Machado**, UFPel, Brasil; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Gustavo César Machado Cabral**, UFC, Brasil, **Dr. Gustavo Sampaio de Abreu Ribeiro**, Harvard Law School, USA; **Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado**, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Hector Cury Soares**, UNIPAMPA, Brasil; **Dr. Henrique Botelho Frota**, Centro Universitário Christus, Brasil; **Hugo Belarmino de Moraes**, UFPB, Brasil; **Dr. Hugo Leonardo Santos**, UFAL, Brasil; **Dr. Hugo Pena**, UnB, Brasil; **Dr. Iagê Zendron Miola**, UNIFESP, Brasil; **Ivan Baraldi**, Universidade de Coimbra, **Iran Guerrero Andrade**, Flacso/México, México; **Jailson José Gomes Rocha**, UFPB, Brasil; **Janaína Dantas Germano Gomes**, PUC-CAMPINAS, Brasil; **Jailton Macena**, UFPB, Brasil; **Dra. Izabel Nuñez**, UFF, Brasil; **Dra. Jane Felipe Beltrão**, UFPA, Brasil, **Jeferson Mariano**, Brasil; **Joanna Noronha**, Universidade de Harvard, USA; **Dr. João Andrade Neto**, Hamburg Universität, Alemanha; **João Emiliano Fortaleza de Aquino**, UECE, Brasil; **Dr. João Paulo Allain Teixeira**, UFPE, Brasil; **Dr. João Paulo Bachur**, IDP, Brasil; **João Telésforo de Medeiros Filho**, UNB, Brasil; **Dr. Jorge Foa Torres**, Universidad Nacional Villa María, Argentina; **Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho**, PUCRS, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, IMED, Brasil; **Dr. José Heder Benatti**, UFPA, Brasil; **Dr. José Humberto de Goés Júnior**, UFG, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero**



Cella, Faculdade Meridional - IMED, Brasil; **Dr. José Rodrigo Rodriguez**, Unisinos, Brasil; **Dr. Josué Mastrodi**, PUC-Campinas, Brasil; **Judá Leão Lobo**, UFPR, Brasil; **Juliana Cesario Alvim Gomes**, UERJ, Brasil; **Dra. Juliane Bento**, UFRGS, Brasil; **Lara Freire Bezerra de Santana**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dra. Laura Madrid Sartoretto**, UFRGS, Brasil; **Dr. Leonardo Figueiredo Barbosa**, UNIFESO, Brasil; **Leticia Paes**, Birkbeck, University of London, Inglaterra; **Ligia Fabris Campos**, Humbolt Universität zu Berlin, Alemanha; **Dra. Livia Gimenez**, UNB, Brasil; **Dr. Lucas Machado Fagundes**, UNESCO, Brasil; **Dr. Lucas Pizzolatto Konzen**, UFRGS, Brasil; **Lucas e Silva Gomes Pilau**, UFRGS, Brasil; **Dra. Lucero Ibarra Rojas**, Centro de Investigación y Docencia Económicas, México; **Dra. Luciana Reis**, UFU, Brasil; **Dra. Luciana de Oliveira Ramos**, USP, Brasil; **Dra. Luciana Silva Garcia**, IDP, Brasil; **Dr. Luciano Da Ros**, UFRGS, Brasil; **Dr. Luiz Caetano de Salles**, UFU, Brasil; **Dr. Luiz Otávio Ribas**, UERJ, Brasil; **Manuela Abath Valença**, UFPE, Brasil; **Marcela Diorio**, USP, Brasil; **Marcella Alves Mascarenhas Nardelli**, UFJF, Brasil; **Marcelo de Castro Cunha Filho**, USP, Brasil; **Dr. Marcelo Eibs Cafrune**, UNB, Brasil; **Marcelo Mayora**, UFJF, Brasil; **Dr. Marcelo Torelly**, UNB, Brasil; **Marcelo Maciel Ramos**, UFMG, Brasil; **Dr. Mariana Teixeira**, Universidade Livre de Berlim, Alemanha; **Dra. Marília Denardin Budó**, UFRJ, Brasil; **Maria Izabel Guimarães da Costa Vellardo**, PUC-RJ, Brasil; **Marcio Camargo Cunha Filho**, UNB, Brasil; **Dra. Mariana Trotta**, UFSM, Brasil; **Dr. Marxo Alexandre de Souza Serra**, Puc-PR, Brasil; **Dr. Marcos Vinício Chein Feres**, UFJF, Brasil; **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil; **Dra. Maria Paula Menezes**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Mariana Anahi Manzo**, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; **Mariana Chies Santiago Santos**, UFRGS, Brasil; **Dra. Mariana Trotta**, UFRJ, Brasil; **Dra. Mariana Teixeira**, FU-Berlim, Alemanha; **Dra. Melisa Deciancio**, FLACSO, Argentina; **Dra. Marisa N. Fassi**, Università degli Studi di Milano, Itália; **Dra. Maria Cecilia Miguez**, CONICET, Argentina. **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil. **Dra. Maria Paula Menezes**, Universidade de Coimbra, Portugal. **Dra. Maria Pia Guerra**, UNB, Brasil. **Mariana Chies Santiago Santos**, USP, Brasil. **Mariana G. Valente**, USP, Brasil. **Mariana Kuhn de Oliveira**, Centro Universitário Ritter dos Reis, Brasil. **Dra. Marta Rodriguez de Assis Machado**, Fundação Getúlio Vargas - Direito GV São Paulo, Brasil; **Mayara de Carvalho Araújo**, UFMG, Brasil; **Mayra Cotta**, The New School for Social Research, USA; **Melissa Deciano**, University of Munster, Argentina; **Dr. Miguel Gualano Godoy**, UFPR, Brasil; **Moniza Rizzini Ansari**; **Mozart Silvano Pereira**, UERJ, Brasil; **Mozart Linhares da Silva**, UNSIC; **Monique Falcão Lima**, UERJ, Brasil; **Dr. Moisés Alves Soares**, UFPR, Brasil; **Nadine Borges**, UFF, Brasil;



Natacha Guala, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Orlando Aragon**, México; **Dr. Orlando Villas Bôas Filho**, USP e Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil; **Dr. Pablo Malheiros Frota**, UFGO, Brasil; **Dr. Pablo Minda**, Universidad Luis Vargas Torres, Equador; **Dr. Pablo Nemiña**, Universidade de Buenos Aires, Argentina; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Paulo Eduardo Berni**, Universidade Ritter dos Reis, Brasil; **Dr. Paulo MacDonald**, UFRGS, Brasil; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Pedro Augusto Domingues Miranda Brandão**, UNB, Brasil; **Dr. Pedro de Paula**, São Judas Tadeu, Brasil; **Pedro Pulzatto Peruzzo**, PUC-Campinas, Brasil; **Dr. Philippe Oliveira de Almeida**, UFRJ, Brasil; **Priscilla Monteiro Joca**, Université de Montréal, Canadá; **Dr. Rafael Lamera Giesta Cabral**, UFERSA, Brasil; **Dr. Rafael Schincariol**, USP, Brasil; **Dr. Rafael Vieira**, UFRJ, Brasil; **Dra. Raffaella Porciuncula Pallamolla**, Universidade Lassalle, Brasil; **Dr. Ramaís de Castro Silveira**, UnB, Brasil; **Dra. Raquel Lima Scalcon**, UFRGS, Brasil; **Renan Bernardi Kalil**, USP, Brasil; **Dr. Renan Quinalha**, USP, Brasil; **Dra. Renata Ribeiro Rolim**, UFPB; **Dr. Renato Cesar Cardoso**, UFMG, Brasil; **Dr. Ricardo Prestes Pazello**, UFPR, Brasil; **Dra. Roberta Baggio**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roberto Bueno Pinto**, UFU, Minas Gerais; **Dr. Roberto Efrem Filho**, UFPB, Brasil; **Prof Rodolfo Jacarandá**, Universidade Federal de Rondônia, Brasil; **Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini**, USP, Brasil; **Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**, PUCRS, Brasil; **Dr. Rodolfo Liberato de Noronha**, UNIRIO, Brasil; **Rodrigo Kreher**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roger Raupp Rios**, Uniritter, Brasil; **Dra. Rosa Maria Zaia Borges**, UFU, Brasil; **Dr. Samuel Barbosa**, USP, Brasil; **Dr. Saulo Matos**, UFPA, Brasil; **Dra. Shirley Silveira Andrade**, UFES, Brasil; **Dra. Simone Andrea Schwinn**, UNISC, Brasil; **Simone Schuck Silva**, UNISINOS, Brasil; **Talita Tatiana Dias Rampin**, UNB, Brasil; **Tatyane Guimarães Oliveira**, UFPB, Brasil; **Thiago Arruda**, UFERSA, Brasil; **Dr. Thiago Reis e Souza**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas - São Paulo, Brasil; **Prof. Dr. Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino**, UFPR, Brasil; **Dr. Thomaz Henrique Junqueira de Andrade Pereira**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, Brasil; **Dr. Tiago de Garcia Nunes**, UFPel, Brasil; **Dra. Valéria Pinheiro**, UFPB, Brasil; **Dra. Verônica Gonçalves**, UNB, Brasil; **Dr. Vinícius Gomes Casalino**, PUC-Campinas, Brasil; **Dr. Vinicius Gomes de Vasconcellos**, USP/PUCRS, Brasil; **Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil; **Dr. Wagner Felouniuk**, UFRGS, Brasil.

Tradutores que atuaram nessa edição: Bruna Mariz Bataglia Ferreira, Felipe Fernando Abreu Ferreira e Maria Fernanda Salcedo Repolês.

